

Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

O Congresso representa o povo

ANTONINHO MARMO TREVISAN

Depois da Constituição talvez o orçamento da União seja o documento mais importante de uma nação. Assim como para o país, o orçamento se constitui no documento básico também de uma empresa ou de uma família que, ao ser aprovado, possibilita que as operações públicas, privadas e domésticas sejam adequadamente encaminhadas. O governo é uma grande operação financeira. De um lado tem-se os recursos, de outro as aplicações. Como e de onde arrecadar? Como e onde gastar?

A arrecadação é feita através dos tributos.

Se os tributos forem insuficientes, emite-se moeda ou títulos de dívida pública.

A insuficiência existirá sempre que os gastos pretendidos superarem as receitas. Se o gasto é maior que a receita, tem-se o déficit. O déficit é um instrumento legítimo, utilizado por governos de todo o mundo, mas que precisa ter limitações, acima das quais ele passa a ser indesejável e nocivo para a sociedade, além de trazer todo tipo de desacertos ou de ficções econômicas, onde a riqueza é apenas aparente.

Por que teria o Congresso de aprovar o orçamento e, consequentemente, o montante do déficit? Porque entendo que num regime democrático o Congresso representa o povo e deve decidir como e onde o dinheiro público será aplicado e de quem e como ele será retirado.

Existe, além do orçamento público propriamente dito, também o orçamento das estatais. Um tem relação com a administração direta, o outro com a administração indireta.

Contudo, alguns problemas existem e para os quais é preciso solução. O modelo orçamentário do setor público atualmente em vigor e reconhecidamente de difícil entendimento não apenas para os parlamentares que terão de aprová-lo, mas mesmo para os iniciados nessa técnica orçamentária.

Trata-se, pois, de mobilizar um grande esforço no sentido de melhorar a apresentação do documento, permitindo que possa ser corretamente avaliado.

Paralelamente a isso, é preciso que se instrua na análise orçamentária os parlamentares não iniciados nela.

A razão da aprovação dos orçamentos pelo Congresso relaciona-se



A pergunta da Folha

Você acha que o Congresso Nacional deve ter iniciativa em matéria orçamentária, para legislar inclusive sobre o montante do déficit público?

com o nível de pressão a que o Executivo está exposto. Não seria viável atingir nenhuma meta de déficit se a responsabilidade recaísse no Executivo. Num regime democrático o Executivo é naturalmente frágil e não resiste às pressões políticas individuais, dos grupos organizados, das associações de classes etc. Enfim, de todos os grupos de pressão. Essa pressão legítima deve ser deslocada para o Legislativo. A ele deve caber a decisão acerca da existência do déficit e do seu tamanho.

O Legislativo é que terá de responder por essa decisão. O Executivo é extremamente vulnerável e não resiste às pressões.

Pela maior dispersão e pela natural transparência de suas decisões é o Legislativo que tem condições para lidar com essas pressões.

Quanto ao orçamento das estatais, também reconheço a necessidade de que seu orçamento seja aprovado

pelo Congresso. É certo que isso trará embaraço para a empresa no que se refere à dinâmica necessariamente requerida por esse tipo de entidade. Mas e o ônus em que se incorre quando se elege a estatização como instrumento indutor do desenvolvimento. Por isso, entendo que a empresa estatal cumpre importante papel quando de sua criação e viabilização, o que não ocorre após a sua consolidação. É que, a partir desse momento, tantos são os entraves, que uma empresa estatal se torna inviável como empresa em vista das interferências de ordem político-partidária ou do Executivo, quando este as usa como seu instrumento de política econômica conjuntural.

Vejo no Congresso o órgão capaz de dirimir impasses, debater questões de interesse nacional, sofrer pressões e rebatê-las com todo o poder que o voto concedeu ao representante do povo.

Mas não basta que o Legislativo seja ouvido, entenda e aprove o orçamento geral da União. É necessário que as determinações sejam cumpridas e que o orçamento seja acompanhado e revisto de maneira dinâmica.

Na verdade, atualmente o Congresso já aprova o orçamento da administração direta. Mas, em decorrência, dentre outras questões das altas taxas inflacionárias que a economia brasileira tem registrado, as alocações aprovadas acabam sendo um mero referencial.

A criação de um orçamento único, a revisão anual dos subsídios e o estabelecimento de punições mais rigorosas para os administradores que descumprirem seus respectivos orçamentos, são ingredientes indispensáveis para que se tenha uma gestão adequada dos recursos públicos no Brasil.

Por mais que se imagine um Executivo forte ou que se pretenda um Executivo atuante, ele nada mais será do que um alocador dos recursos aprovados pelos representantes do povo e o fiscalizador da lei.

ANTONINHO MARMO TREVISAN, 38, é presidente da Trevisan e Associados, auditores independentes, e foi titular da Secretaria de Controle das Empresas Estatais (Sest).

É preciso amadurecimento político

ALESSANDRO ARCANGELI

A consolidação do sistema democrático, aspiração maior da sociedade brasileira, passa necessariamente pelo caminho das pedras da transição que, ao final, provocará profundas mudanças no modelo histórico com que buscamos o desenvolvimento auto-sustentado. Mesmo com os solavancos gerados pelo vício perpetuado de medidas casuísticas e, por isso, artificiais, ensejando a incerteza e, em seu bojo, o engessamento dos negócios que promovem o crescimento, a transição terá mérito se, efetivamente, não obstante os sacrifícios, consagrar o regime de governo democrático. A Assembléia Nacional Constituinte foi o figurino que serviu para a sociedade brasileira vestir suas esperanças redobradas na consecução desse objetivo maior, imposto pela vontade coletiva da nação, que clama por uma legislação moderna e pelo cumprimento da lei adequada à sua realidade. O anteprojeto do relator Bernardo Cabral e os artigos já aprovados pela Comissão de Sistematização, no entanto, ao buscar uma abrangência desnecessária, incorporando detalhes mais apropriados à legislação ordinária, estão desfigurando o tecido costurado com as linhas básicas das verdadeiras aspirações nacionais.

Como ideal de um sistema democrático desenvolvido, o crivo do Congresso e sua iniciativa em matéria orçamentária são altamente desejáveis. Mas é preciso considerar o perfil de um Legislativo que, nesta oportunidade, está balizando sua condição em fatores de ordem política, nem sempre condizentes com a realidade brasileira, para a construção de uma Constituição voltada para o futuro. O modelo da política econômica proposto pelos políticos não é adequado à confecção do projeto de desenvolvimento. A possibilidade de adoção de medidas preconceituosas, determinadas por um nacionalismo xenófobo, acabam poluindo a atmosfera com desconfiança e falta de credibilidade, elementos sempre tóxicos à saúde econômica.

Tarda a explicação de uma terapia corretiva para restabelecer condições propícias à retomada dos investimentos e para promover o saneamento financeiro. Uma dose carregada de austeridade deve ser ministrada com urgência para se obter tal saneamento, com severos cortes nas despesas públicas. Nesse aspecto, falha também, com espantosa frequência, o Poder Executivo, cuja tecnoburocracia enfeita de artificialismos a fantasia nacional que amplia — ao invés de conter — o vício de origem do déficit público.

Neste momento de construção nacional, nem o Congresso nem o Executivo revelam condições para oferecer soluções compatíveis ao problema crucial do cancro representado pelo déficit público. O bom senso indica que todos os projetos que impliquem em gastos sejam calçados

na existência de recursos disponíveis e originários de fontes conhecidas, sem aumentar a já pesada carga tributária.

As circunstâncias não recomendam orientação de cunho político para soluções adequadas e correções no curso da economia. O corte nas despesas públicas, estancando o déficit, continua boa peça de retórica sem resultados práticos. A realidade mostra que a meta de déficit operacional, para 1987, contido em Cz\$ 385 bilhões, equivalentes a 3,5% do PIB, posteriormente corrigida para algo ao redor de 4%, tende a evoluir para

os 5%, qualquer coisa como a "bagatela" de Cz\$ 550 bilhões.

A velocidade da expansão do déficit público não tem como causa apenas fatores de ordem econômica, mas agrega uma forte predominância da instabilidade política. Houvesse conjugação e harmonia nas ações, nesses dois campos, não seria tão preponderante o impacto do déficit na turbinagem da espiral inflacionária. Sem um respaldo político consciente, jamais as autoridades econômicas poderão implantar um programa de austeridade capaz de cobrir os vastos abismos provocados pelo estouro contínuo do orçamento;

e prosseguirão gerando despesas sem fim, jogando os encargos nos bolsos carentes dos contribuintes.

Apesar disso, ser "brasileiro, profíssão esperança" implica acreditar que o futuro pós-transição possa trazer, a partir do atual laboratório de experiências, políticos capazes, que construam a renovação com responsabilidade, no regimento de um Congresso participativo adequada à realidade brasileira.

ALESSANDRO ARCANGELI, 25, administrador de empresas pela Universidade Mackenzie (SP), é empresário, diretor-superintendente da Soplast, Plásticos Soprados.